

CANUDOS E A BÍBLIA

*Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da PUC/SP.

Ênio José da Costa Brito*

A própria religião modifica-se quando passa de uma zona para outra, [do litoral para o sertão]. À beira mar, eis o grande apelo místico das igrejas cintilantes de ouro, das cabeças dos querubins alados, ou das cariátides voluptuosamente retorcidas sob o altar dos santos. No sertão, a religião é tão trágica, tão machucada de espinhos, tão torturada de sol quanto a paisagem; a religião da cólera divina, num solo em que a seca encena imagens do Juízo Final, e em que os rubicundos anjos barrocos, negros ou brancos, cede lugar aos anjos do extermínio. O penitente, vergastado pelas disciplinas lava com sangue os pecados do mundo, e o profeta substitui aqui o padre.¹

Em *Terra das promessas, Jerusalém maldita: Memórias Bíblicas sobre Belo Monte (Canudos)*, Pedro Lima Vasconcellos convida seus leitores a visitar o universo multifacetado da realidade de Belo Monte.² Escolhe como chave de leitura para desvelar significados, compreender transformações e ressignificações, o conflito de interpretações em torno da recepção da Bíblia.

Na tentativa de ver o *outro*, realiza três aproximações: na primeira, apresenta a mundivisão do sertanejo; essa abre as portas para uma percepção mais matizada do Conselheiro. Negociador permanente da salvação, Conselheiro historiciza a utopia sertaneja e dá um sentido às penitências. Elas não são uma negação da vida mas sim um protesto contra a sociedade que circunda Belo Monte, um protesto contra as elites.

Na segunda, mostra a vida em Belo Monte. Vida que aspira a liberdade, que procura viver sem normas. Vida visibilizada

1 Esta citação de R. Bastide, de *Terra de contrastes*, encontra-se em E. D. de MENEZES, O imaginário popular do sertão. Em *Anais do 1º Simpósio internacional sobre o Padre Cicero e osromeiros de Juazeiro do Norte*. Fortaleza, UFC, 1998, p. 51-90.

2 Trata-se da tese de doutorado de Pedro Lima VASCONCELLOS, defendida em março de 2004, sendo a Banca Examinadora composta dos seguintes professores: Josildeath Gomes Consorte (orientadora), Luiz Roberto Benedetti, Paulo Augusto de Souza Nogueira, Heinrich Alexander Otten e Ênio José da Costa Brito.

no comunitarismo que deita suas matrizes nas três raças presentes no arraial a branca, a indígena e a negra.

Por fim, a religião, que se expressa de modo visível na construção da igreja. Na religião busca-se a relação com o Transcendente, baseada na comunhão e nas expressões religiosas. Em Belo Monte, diferentes expressões religiosas se fizeram presentes, Conselheiro as aglutina.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Vasconcellos percebeu que a compreensão das efervescências sociais presentes na história do Sertão Nordestino no século XIX e, em especial, na de Canudos, passava por uma corajosa opção hermenêutica. Opção que implicava num deslocamento: dar ao religioso e ao simbólico o mesmo peso explicativo que o político, o econômico, o psicológico e o social para os acontecimentos de Canudos, sem negar o estatuto explicativo dos mesmos.

Esta opção explica o fato do autor sublinhar criticamente os insuficientes percursos teóricos dos estudos que têm pretendido dar conta da experiência vivida em Canudos, sem levar em conta a sua dimensão religiosa. Entende-se, então, a importância do capítulo intitulado *O religioso em Belo Monte: tendências na pesquisa mais recente*.

Vasconcellos percebeu também a importância de se retornar às diversas sendas abertas pelos estudiosos do movimento de Canudos, como José Calazans, Duglas Teixeira, Alexandre Otten e Mario Maestri entre outros. Sendas que permaneciam abertas à espera de continuadores ou de quem as trilhassem novamente, com mais recursos interpretativos numa perspectiva interdisciplinar.

A pesquisa interdisciplinar vem problematizando conceitos e teorias, possibilitando uma revisão mais abrangente do nosso passado. A presença da dimensão interdisciplinar na tese contribuiu para revelar alguns estereótipos que têm presidido nossa forma de pensar. Um bom exemplo são os estudos sobre os movimentos populares. Na expressão de Eric Hobsbawn, os movimentos populares são relegados a meras notas de rodapé ou então vistos como ocorrências marginais que dispensam o esforço para compreendê-los.

Ao refletir sobre os principais protagonistas da tragédia, Vasconcellos mergulha fundo em algumas questões teórico-metodológicas, envolvendo a história e a antropologia. Por longo tempo, antropologia e história andaram distantes e fechadas em si mesmas, limitando não apenas seus objetos de estudo, mas também as possibilidades de abordá-los e interpretá-los.

O principal ponto de encontro entre elas — bem ilustrado no segundo capítulo, intitulado, *O arraial rebelde e os benefícios do Bom Jesus* — se tem dado, basicamente no campo da história cultural e da cultura histórica. Antropólogos passam a olhar numa perspectiva dinâmica seus objetos de estudo, e historiadores, a valorizarem crenças e comportamentos de gente simples.

Importante, sob o aspecto metodológico, foi o ter levado em conta que o processo de cristianização do Brasil comportou uma violência estrutural (p. 307 e 318) e uma resistência de manifestações civis e religiosas autóctones.³ Esse fato lança luz sobre a extraordinária aventura de nossa formação cultural, ao possibilitar a percepção do processo histórico, que levou à fusão de diferentes culturas, e tornou inevitável, por exemplo, o sincretismo.

Ao perguntar pelo sentido desses processos, o autor indagou de que modos foram vividos e compreendidos pelos seus agentes. Numa linguagem mais técnica, passou de uma sociologia dos eventos para a antropologia do sentido dos eventos. O que facilitou estabelecer a diferença entre os fatos e a percepção dos fatos pela sociedade, as diferenças entre a percepção de Conselheiro e de sua gente dos mesmos fatos (p. 300).

Ainda sob o aspecto metodológico, convém ressaltar a integridade intelectual do autor para constatar as diversas visões com relação ao movimento de Canudos e a inter-relação entre elas e para aceitar um outro modo de vivenciar a fé, evitando *a longa tradição de caracterizar as expressões religiosas outras como heréticas* (p. 297).

Estas opções epistemológicas ajudaram o autor a trilhar um caminho de múltiplas interfaces com segurança e paixão.

PONTUAÇÕES

Ainda na dinâmica das considerações feitas, lembro que Vasconcellos foi feliz em discutir a questão apocalíptica — ausente dos *Cadernos*⁴, nos quais não há expressões que apontam para uma escatologia de cunho apocalíptico — no bojo da trajetória histórica do Conselheiro (p. 231).

Muito adequado, também, o modo como analisou o *Relatório* de Frei João Evangelista de Monte Marciano, documento dos mais importantes que dispomos a respeito do arraial antes da guerra. Primeiro, analisou-o como testemunho da vida no arraial, em seguida como texto, o que permitiu perceber sua intencionalidade: *Propalar o caráter político do movimento de Canudos* (p. 289) e *preparar a guerra* (p. 310).

Esta opção não foi só didática mas também de conteúdo e facilitou um amplo aproveitamento e uma leitura crítica do *Relatório*, a ponto de poder assumir a afirmação de Lizir Ar-

3 Para as referências da tese, indicaremos as páginas da mesma ao longo do texto.

4 Os *Cadernos* contêm prédicas atribuídas ao Conselheiro, a autenticidade dos manuscritos não pode ser colocada em dúvida. A leitura dos dois cadernos que sobreviveram à guerra revelam-nos alguém que tem familiaridade com os textos sagrados.

O *Caderno de 1895* (19x33cm) se encontra nos arquivos do Núcleo *Sertão* do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. O *Caderno de 1987*, publicado pelo jurista Ataliba Nogueira, em 1974, causou impacto na pesquisa acadêmica sobre Belo Monte.

canjo Alves. Para Vasconcellos, o *Relatório* foi escrito, não com o empenho *de descobrir a verdade, mas sim de confirmar as versões que corriam sobre Canudos* (p. 244).

Vasconcellos poderia ter explorado um pouco mais a relação entre a República e o Império, na esteira de sua constatação: *a República brasileira não fez uma ruptura de amplo espectro* (p. 183). A República preservou a visão do Império, dos grupos dirigentes do Império com relação ao país. O Império não se interessava pelo que se passava nas Províncias, só via as Províncias na medida em que elas aderiam ao processo pelo qual estava passando a Corte. A Província da Bahia e de Pernambuco, por exemplo, foram uma pedra no sapato do Brasil, na construção da visão de República, como nos lembra Evaldo Cabral de Mello.

A presença da mulher no arraial merecia uma palavra a mais, até porque as referências são significativas: dois terços dos habitantes do arraial são mulheres (p.123); a maioria das pessoas que se dirigem para Belo Monte são mulheres (p.123); no arraial são 3 mulheres para cada homem (p.131); a presença massiva das mulheres no santuário (religiosidade) (p.146); a mãe que escreve chamando o filho para vir para o arraial (testemunho explícito de uma mulher)(p. 204); punições das mulheres vaidosas (p. 293) e tolerância com a pecadora.

Um ponto a ser mais pesquisado é o da leitura no período colonial. O autor afirma ser quase impossível aquilatar a presença da Bíblia nos primeiros séculos de colonização do Brasil. *As palavras e temas da Bíblia não eram familiares no uso popular* (p. 33).

Há indícios que nos levam a duvidar dessa afirmação. Os registros da Visita do Santo Ofício à Bahia, em 1591, deixam transparecer a preocupação do Santo Ofício com a leitura em geral e da Bíblia.⁵ Na Colônia, vamos encontrar tanto leitores de Ovídio (Metamorfoses), como de *Diana*, romance pastoral, repleto de paixão amorosa, que logo entrou para a lista dos livros proibidos.⁶

Vasconcellos, ao falar dos *movimentos biblados*, afirma: *faz quinhentos anos que a Bíblia vem redesenhando por aqui os contornos da terra, das pessoas, dos ares, dos embates e das conquistas* (p. 333). Acrescente-se, ainda o fato lembrado pelo próprio autor *a interpretação de referências bíblicas na Santidade de Jaguaripe* (p. 334).⁷ Esses indícios confirmam a necessidade de se pesquisar com relação à leitura na Colônia e em especial a leitura dos textos religiosos.

O leitor, à medida que avança, sente a falta de mapas e gostaria de ver o caderno iconográfico ampliado. A cartografia em alguns momentos daria um ótimo suporte ao texto e as fotos visibilizariam o drama vivido pelo habitantes do arraial.

5 Cf. R. VAINFAS (Ed.), *Confissões da Bahia*: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

6 Cf. E. J. da COSTA BRITO, Um modelo moralizador e a cultura popular. Em *ESPAÇOS*, 12(2004), pp. 89-101.

7 Para um amplo estudo sobre a *Santidade de Jaguaripe*, veja-se R. VAINFAS, *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Apresentaremos, em seguida, algumas considerações, com a intenção de realçar tópicos presentes nos capítulos e abrir um diálogo com o autor.

Com um sentimento de espanto, terminei a leitura do primeiro capítulo, *O religioso em Belo Monte: tendências na pesquisa recente*. Espanto diante de nossa tradição letrada (pesquisadores e estudiosos) que, intrumentalizados conceitualmente, dispo de novos estudos, que produziram uma reviravolta nos modelos interpretativos dos movimentos populares, insistem em interpretações redutivas da natureza e do funcionamento dos mesmos.⁸ Constata-se, pois, uma dificuldade visceral para compreender nossas entranhas, nossas matrizes culturais. Vasconcellos desvela com clareza essas hesitações teóricas e ideológicas.

No primeiro capítulo, o autor deixa claro que o conceito de religião, com o qual trabalha, não é o funcionalista (p. 71, 89), nem o iluminista (p. 86), nem o que serve de capa para aspirações sociais de um grupo (p. 81). Utilizando um conceito adequado de religião, pode aproximar-se com mais acuidade da experiência vivida em Belo Monte.

O capítulo segundo, *O arraial rebelde e os benefícios do Bom Jesus: um panorama do Belo Monte de Antonio Conselheiro e sua gente* tem como horizonte a vida do arraial numa perspectiva etno-histórica. Este capítulo revela-nos, ainda, como Conselheiro alcançou considerável eficiência no trato com o povo, sua atuação foi fundamental para o sucesso do arraial.

O arraial não se constituiu num sistema totalmente autônomo em relação ao sistema social vigente, nem tão pouco num espaço totalmente cristão. Foi, sim, um espaço de liberdade possível diante das ameaças da República, que permitiu aos sertanejos reconstituir suas histórias e identidades.

A identidade não é vista a partir das lentes da perda ou da manutenção identitária do grupo, mas pela ótica da redefinição, das ressignificações. É vista como *situacional e contrastiva*.

*A identidade é construída de forma situacional e contrastiva ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma uma sistema. É uma estratégia de diferença.*⁹

Antônio Conselheiro foi o grande incentivador desse processo, que se forjava no cotidiano do arraial, onde os vários grupos sociais passaram a compartilhar de uma experiência nova, onde antigas tradições se articulavam com novas práticas introduzidas por ele.

Os estudos etno-históricos têm demonstrado que identidades, culturas e tradições não são estáticas, mas constroem-se continuamente em situações históricas definidas.

8 Para a análise dos movimentos populares, os pesquisadores dispõem hoje de um riquíssimo instrumental teórico. Exemplificando: história das mentalidades, socioantropologia do imaginário, antropologia histórica, etc.

9 Cf. M. CARNEIRO DA CUNHA, *Negros estrangeiros: Escravos libertos e seu retorno à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 206.

Esta perspectiva teórica, mais o vasto material apresentado pelo autor, nos permitem perceber o arraial como um espaço múltiplo. O espaço, considerado como meio de comunicação da memória, carregado de significados definidos pelos indivíduos e grupos nele localizados. Nesse espaço, não só os sertanejos se transformaram mas também o próprio Conselheiro, nas suas prédicas e ações, deixa entrever suas mudanças (p. 217).

No terceiro capítulo, intitulado *Leituras e apropriações da Bíblia em Belo Monte e ao seu redor*, Vasconcellos, tendo presente o critério do conflito das interpretações, examina as fontes bíblicas apropriadas pelos diversos sujeitos que fizeram a vida e a morte de Belo Monte. São eles, os sertanejos, Antônio Conselheiro, a Igreja e Euclides da Cunha.

O QUE DIZER DA RELIGIOSIDADE?

A compreensão do universo religioso de Belo Monte, marcado por uma visão de terra prometida, por uma apocalíptica popular de matriz joanina (p.196) por uma cultura bíblica popular, que mais do que o anúncio da iminência do fim (p. 273) e ainda com traços da tradição tridentina ajuda-nos numa compreensão mais refinada do catolicismo popular tradicional.

A memória religiosa coletiva integra continuamente novos elementos.

A convergência de grupos indígenas, de gente oriunda de trabalho escravo e outros setores terá produzido uma cosmovisão irreduzível aos cânones estritamente católicos do seu tempo, o que certamente torna o quadro mais complexo e excitante (p. 143).

Vasconcellos, ao comentar o livro de Alexandre Otten, *Só Deus é grande*,¹⁰ relembra a aproximação consistente que Otten fez da religião vivida em Canudos. Religião que brota de uma longa tradição do chamado catolicismo popular. No entanto, esta experiência vivida no arraial conselheirista tem componentes próprios.

A análise das prédicas atribuídas ao pregador sertanejo — prédicas importantes para se traçar um novo perfil do Conselheiro — desmente o retrato traçado por Euclides da Cunha (p. 211).

Entre as muitas informações apresentadas pelo autor, sublinho uma, em especial, por sua potencialidade analógico-explicativa do perfil religioso do Conselheiro e dos habitantes de Belo Monte.

A presença, nas duas coletâneas [cadernos datados de 1895 e 1897] que estamos considerando, destes versículos evangélicos que tematizam a missão ambulante, a precariedade de seu exercício, as possíveis rejeições e perseguições, não terá sido casual.

10 OTTEN, Alexandre. *"Só Deus é Grande"*. A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro. São Paulo, Loyola, 1993.

Note-se que todos eles provem, segundo as pesquisas exegéticas mais recentes, de um documento, hoje perdido, que terá servido de base para a escrita dos evangelhos segundo Mateus e Lucas, chamado na falta de outro nome de Q (do alemão quelle,¹¹ que significa 'fonte') (p. 226).

11 Quanto à fonte Q, trata-se de um documento pré-sinótico. Para alguns exegetas foi escrito em 50 d. C. Esses primeiros textos procuravam preservar a memória original do movimento de Jesus. Movimento este que traz esperanças concretas para o povo simples, especialmente para os camponeses da Galiléia, esperanças estas, por sua vez, ligadas à vida cotidiana: mesa farta, saúde e bem estar.

A longa citação se justifica dada a importância desses versículos para a demarcação do universo religioso do Conselheiro. Na análise das prédicas, Vasconcellos percebeu que os versículos evangélicos presentes nas duas coletâneas se referem à missão ambulante de Jesus e que todos pertencem à fonte Q.

Esta percepção, no entanto, não foi suficientemente explorada para demarcar o universo religioso do Conselheiro. Se Euclides da Cunha faz uma recuperação de manifestações heréticas do princípio do Cristianismo para condenar Conselheiro (p. 296). Vasconcellos poderia traçar um paralelismo com o movimento de Jesus para resgatar a imagem do Conselheiro. No início do Cristianismo, há um protagonismo de gente simples segundo os textos da fonte Q, esse mesmo protagonismo encontramos em Canudos.

O leitor, à medida que percorre os capítulos da tese, entra em contato com tópicos da visão soteriológica do Conselheiro. Visão mais trabalhada no capítulo quarto, *Encontros e desencontros, convergências e disjuntivas*.

Conselheiro via Belo Monte como lugar de salvação ou mediação para salvação (p. 209). Pode-se afirmar que *a perspectiva da salvação era a razão de ser da existência do Arraial* (p. 232). Vasconcellos deixa implícito como Conselheiro compreende a salvação. Tópico revelador do *sensus fidei* desse homem do povo. Na sua pregação, Conselheiro alarga o conceito de salvação ao ultrapassar a compreensão corrente, presente nos catecismos da época e na própria pregação da Igreja. Para salvar-se não bastam os *exercícios da alma*, a caridade é essencial (dado evangélico fundamental). A salvação para Conselheiro já começa nesse mundo, envolve a pessoa toda. Entende-se então o ter rompido com a lógica sacrificial, que exigia sacrifícios para alcançar o destino eterno (p. 261).

Uma comparação com a visão do Padre Ibiapina poderia ilustrar um pouco mais a posição de Conselheiro relacionada com a salvação.¹² Ao longo da tese, encontramos várias referências a Ibiapina: lembra a influência exercida sobre Antônio Conselheiro (p. 54, 87), seu exemplo (p. 78) e faz alusões a sua teologia (p. 277, 278).

A pregação de Conselheiro mesmo sendo no seu conjunto predominantemente tradicional — o que só realça a sua visão da salvação — não impede a sua autonomia diante das autoridades eclesiásticas, o que é fonte de inúmeros conflitos. Sua

12 Padre José Antonio de Maria Ibiapina (nome adotado), nasceu no Ceará (1806) e faleceu na Paraíba (1883). Filho de uma família revolucionária, seu pai e irmão participaram da *Confederação do Equador*. Ibiapina foi professor de Direito Natural e exerceu o cargo de juiz de direito em Quixeramobim (CE). Foi deputado na legislatura 1834-1837. Tornou-se depois missionário de grande prestígio no seio da Igreja.

pregação já era combatida desde 1882 (p. 282). Que a sua pregação era de cunho tradicional, não era milenarista e messiânica, foi o tema muito bem demonstrado e pontuado por Vasconcellos (p. 325-332). Resumindo suas considerações afirma:

A dificuldade em qualificar o Belo Monte como um movimento milenarista advém entre outras razões, do fato de nada se encontrar, nem na pregação do Conselheiro, nem nas manifestações sertanejas, a respeito da expectativa para era dos mil anos de felicidade, a não ser nas afirmações artificiais e equivocadas de Euclides. Em grande parte o seu equívoco radica na sua fixação na escatologia atávica que atribuiu ao Conselheiro, e na insensibilidade, daí decorrente às formas de vida sob a sua liderança.

Quanto ao messianismo, julgamos o termo vago demais que, ao invés de ajudar, dificulta na compreensão das especificidades do movimento cuja lógica se quer apreender. As dificuldades para se inserir a trajetória do Belo Monte no interior do que seria o messianismo, qualquer que seja sua definição, nos parecem insuperáveis (p. 331).

Na tese, fica claro que a palavra do Peregrino (Conselheiro) era a fonte e o sustento da experiência do arraial. Por que a Igreja oficial sentia-se tão ameaçada?

Ao longo da pesquisa, Vasconcellos travou um diuturno diálogo com a obra de Euclides da Cunha, especialmente, com o livro *vingador*. Euclides é um interlocutor onipresente. Nesse diálogo, estão presentes: críticas (a interpretação milenarista que não tem respaldo nos documentos conhecidos), vários elogios (percepção euclidiana do alcance político militar da passagem bíblica de Mc 5, 2-10), o reconhecimento de méritos, as chamadas de atenção para as ambigüidades (p. 274), como não ter feito a distinção entre expectativas milenaristas e o aguardo do juízo final (p. 296). Aponta, também, para alguns percursos tortuosos com suas exigências, isto é, a associação de Conselheiro a figuras praticamente desconhecidas do cristianismo do século II (Montano da Frígia).

Esse diálogo, fruto de inúmeras visitas ao texto euclidiano, ofereceu a Vasconcellos elementos para a formação de um juízo mais aprofundado sobre a obra euclidiana, uma das obras fundantes da cultura brasileira.

Vasconcellos está de parabéns pela escolha do tema, o conflito das interpretações, que se deu em Belo Monte, alimentado inteiramente pelas referências bíblicas.

Por meio de apropriações tão surpreendentemente distintas [da Bíblia], tanto fundamentou e deu vigor ao surgimento do arraial conselheirista como viabilizou sua destruição (p. 319).

Terra das Promessas, Jerusalém maldita: memórias bíblicas sobre Belo Monte(Canudos) combina com rara felicidade rigor analítico, consistência teórica e originalidade temática.¹³ A leitura da tese é facilitada pelo estilo claro e fluente, sem obstáculos à compreensão. Obra recomendada para todos que se interessam por conhecer um pouco do nosso passado e estão preocupados em pensar nosso futuro como nação.

13 A riqueza da abordagem deve-se, em grande parte, à orientação de J. G. Consorte, em especial, ao uso inteligente de conceitos relacionados a investigação histórico-antropológica.

